

Comissão Unificada de Mobilização reúne entidades

ADUFLA, SindUFLA, DCE e APG se unem em torno do debate de uma pauta comum e na defesa da universidade pública e de qualidade

As entidades representativas da UFLA passaram a atuar de forma conjunta na luta pela garantia de direitos constitucionais, em oposição às contrarreformas propostas pelo Governo Temer e em defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. A Comissão Unificada de Mobilização (ComUM) reúne lideranças da ADUFLA Seção Sindical, SindUFLA, DCE e APG em torno de uma pauta comum às categorias de docentes, técnicos-administrativos e estudantes da graduação e da pós-graduação. A iniciativa ganhou força após a greve de novembro de 2016 contra PEC dos gastos, que limitou os investimentos da União pelos próximos 20 anos. “Naquela greve foi formada uma Comissão Unificada de Greve, já que não era um movimento de categoria, por salário ou carreira, mas em defesa dos investimentos em Educação. Porém, na avaliação final, identificamos que a integração das ações ficou a desejar, que seria preciso trabalhar de forma contínua, e não apenas na hora da crise. Além disso, identificamos que muitas das questões eram comuns às categorias, tanto internamente quanto em relação à conjuntura geral, e que era o momento de se construir alternativas à greve como ferramenta principal de luta através de um movimento unificado e permanente”, explica a professora Giovana Torres, diretora de mobilização da ADUFLA, que aponta a Reforma da Previdência como a maior preocupação dos servidores, pois encerra uma série de retirada de direitos iniciada em 2003, além do congelamento de salário, a impossibilidade de reforma da carreira, a precarização das condições de trabalho e a ameaça de privatização das universidades.

Para Tobias Rodrigues da Silva, do SindUFLA, a ação conjunta é uma forma de reafirmar a identidade das categorias que compõem a universidade, sem se esquecer dos terceirizados, que são extremamente importantes para o funcionamento da instituição. “A comissão estabelece uma cumplicidade entre as categorias, uma apoiando a outra numa pauta comum e ao mesmo tempo tendo conhecimento de questões específicas de cada uma, facilitando o diálogo entre as entidades”, afirma Tobias.



O servidor técnico-administrativo, Tobias Rodrigues (SindUFLA), a professora Giovana Torres (DBI), o estudante Paulo Felletti Júnior (DCE) e a Pós Graduanda Simone Reis (APG)

Em relação às demandas urgentes dos técnicos-administrativos, Tobias aponta a luta contra a perda de direitos com a reforma trabalhista, a terceirização e a reforma da previdência, que geram um retrocesso incalculável aos trabalhadores. Além disso, ele demonstra preocupação com a extinção de cargos no serviço público, muitos deles que fazem parte do plano de carreira dos técnicos, algo que foi conquistado à duras penas.

Sobre a pauta interna, ele cobra a implementação do acordo assinado com a direção da UFLA em 2016 e que ainda não saiu do papel, em especial quanto à maior transparência nas reuniões dos Conselhos Universitários.

Já para os estudantes da pós-graduação, de acordo com Simone Reis, a preocupação é com redução de vagas na pós-graduação, o corte de bolsas e a precarização da infraestrutura decorrentes da PEC dos gastos, o que deve impactar no fomento à pesquisa. “A mobilização conjunta das entidades é fundamental para que a gente consiga mobilizar a partir de pautas que são comuns, como por exemplo, o financiamento da educação pública de qualidade no país, e isso passa necessariamente pelo financiamento à pesquisa e extensão, pois é na pós

-graduação que se inicia a produção científica no Brasil. Por isso a importância da comissão na articulação dessa pauta comum para reunir mais força no sentido de resistência às reformas desse governo atual”, destacou Simone.

Na base da formação profissional, o estudante Paulo Felletti Júnior, do DCE, demonstra preocupação em relação ao mercado de trabalho, oferta do emprego formal e aposentadoria. “O que mais aflije quem hoje está na graduação é a retirada de direitos, como, por exemplo, na reforma trabalhista, que diminui as oportunidades e precariza o emprego. Com a reforma da previdência, vamos ter mais dificuldades para aposentar. Por isso essa tendência pelo empreendedorismo para fugir dessa dificuldades de formalização do emprego. Diferente das gerações anteriores” argumenta o estudante, que acredita na comissão unificada como forma de conscientização dos estudantes em torno da luta pelos direitos. “Muitos tem uma visão deturpada da comissão, eles têm medo de greve, só pensam nos prejuízos no calendário e esquecem dos ganhos. A grande mobilização de 2016 serviu para estimular os estudantes à terem uma participação maior nas mobilizações, e a comissão ajuda neste processo”.



Editorial

O ano de 2018 inicia com a perspectiva de que a contrarreforma da previdência seja votada a partir do dia 19 de fevereiro. Esta que estava prevista para ser votada em abril do ano passado foi sendo adiada graças à pressão popular e dos movimentos sociais e sindicais que não arredaram da luta para barrá-la, além, é claro, da dificuldade deste fraco governo que, envolvido em casos de corrupção, tem sua fragilidade exposta.

Na virada para 2018 a perspectiva de aprová-la em ano de campanha eleitoral presidencial era bastante improvável, mas a condenação do ex-presidente Lula em segunda instância pela 4ª turma do TRF e a possibilidade de inviabilizar a sua candidatura parece ter dar novo fôlego à base do governo para enfim aprová-la. A menos que a mobilização social se intensifique, obviamente.

E esta é a tarefa que está posta mais imediatamente para os sindicatos. Em Lavras, além do Fórum Municipal de Lutas (FML), as entidades representativas de discentes, técnicos e docentes da UFLA criaram a Comissão Unificada de Mobilização (ComUM), que em parceria realizaram uma nova palestra para a comunidade acadêmica e de Lavras sobre a piora no projeto da contrarreforma da previdência, com a presença da auditora fiscal aposentada, Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni.

Segundo a auditora, várias estratégias foram usadas para modificar o projeto e apresentá-lo de forma mais agradável para deputados e deputadas votarem, todavia com ajustes que pioram em muito o valor final das aposentadorias. E na pressão de deputados e deputadas, o FML e a ComUM dividem dois outdoors em pontos distintos de Lavras para pressionar nossos representantes na Câmara que têm alguma ligação com a cidade e a UFLA.

A ADUFLA foi representada, entre os dias 22 e 27 de janeiro, em Salvador, no 37º Congresso do Andes-SN, onde reuniram-se cerca de 600 docentes de mais de 80 seções sindicais de todo o país. Muitos e muitas estavam participando pela primeira vez e puderam conhecer mais da metodologia de discussão e construção das políticas a partir das bases. Isso denota que o sindicato nacional está em franco processo de oxigenação e ampliação da representatividade.

Além de atualizar o plano de lutas, o que é de praxe, uma novidade deste congresso, que também precede um processo eleitoral para sua direção, foi a apresentação de duas chapas que concorrerão ao pleito que se dará em maio: a chapa 'Andes autônomo e de luta', que tem como candidato à presidência o professor Antônio Gonçalves Filho (UFMA) e a chapa 'Renova Andes', encabeçada pela professora Celi Taffarel (UFBA). E a presença de mais de uma chapa ajuda no debate dos rumos do sindicato, e reforça a certeza de que este é o nosso único instrumento de lutas e defesa de direitos.

Diante destas perspectivas, o ano se inicia com um ritmo já bastante intenso. Mobilizar a categoria para barrar a contrarreforma da previdência, num primeiro momento, e promover de maneira ampla e não menos intensa as discussões e debates sobre os programas das duas chapas que pleiteiam a direção do sindicato nacional. Um excelente ano de resistência, lutas e conquistas é o que a diretoria da Adufla deseja a todos e todas.

Profª Maria Isabel Fernandes Chitarra (DCA/UFLA)



Comunicamos, consternados, o falecimento da prof. Dra. Maria Isabel Fernandes Chitarra. Isabel ou simplesmente Bel, como gostava de ser chamada pelos amigos, era professora titular aposentada da UFLA e foi, por muitos anos, pesquisadora produtividade do CNPq. Pioneira na área de pós-colheita de frutas e hortaliças no Brasil, construiu uma carreira sólida e produtiva. Esposa e parceira de trabalho inseparável do saudoso prof. Dr. Adimilson Bosco Chitarra, deixa dois filhos, Bernardo e Juliana. Isabel foi primeira autora da principal obra científico-literária sobre pós-colheita no Brasil e autora e coautora de diversos artigos científicos publicados no Brasil e exterior. Além de seus filhos de sangue, Isabel também deixa dezenas de filhos e centenas de netos, como carinhosamente gostava de chamar seus orientados e os orientados deles, sementes de seu trabalho na pós-graduação. Somos eternamente gratos ao importante e inestimável legado deixado pela prof. Isabel. Nossa solidariedade a todos os familiares e amigos.

Texto produzido por colegas do DCA a pedido da Adufla.

Expediente

JORNAL DA ADUFLA: INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - SEÇÃO SINDICAL

Dietoria - Gestão 2017 e 2018

Presidente - Francisval de Melo Carvalho – DAE

Vice-presidente - Amanda Castro Oliveira – DEX

1º secretário - Roberto Alves Braga Jr. – DEG

2º secretário - Gustavo Costa de Souza – DAE

1º tesoureiro - Marcelo de Carvalho Alves – DEG

2º tesoureiro - Gustavo Seferian S. Machado – DIR

Conselho Deliberativo

Luiz Antônio de Bastos Andrade – DAG

Giovana Augusta Torres – DBI

José Monserrat Neto – DCC

Joelma Pereira – DCA

Lizzy Ayra Alcântara Veríssimo – DCA.

Suplentes

Gabriela Cristina Braga Navarro – DIR

Joel Yutaka Sugano – DAE

Campus da UFLA, Lavras -MG

CEP 37200-000 - (35) 3829 1167

adufila@adufila.ufla.br

Jornalista responsável Adriano Salgado (jp06962)

Gráfica Novo Horizonte - Lavras-MG / Tiragem 1.000 exemplares

ADUFLA 50 ANOS

ASPESAL/ADUFLA comemora 50 anos de fundação

Solenidade realizada na UFLA teve homenagens a ex-presidentes, lançamento selo comemorativo e descerramento de placa alusiva à data histórica

Evento realizado na manhã do dia 15 de dezembro, no Centro de Convivência da UFLA, marcou oficialmente as comemorações pelos 50 anos da ASPESAL/ADUFLA, num grande encontro entre as diversas gerações que escreverem os seus nomes na história da entidade, alguns deles fazendo parte da Mesa Solene da cerimônia.

O professor João Márcio de Carvalho Rios, vice-presidente da primeira diretoria da ASPESAL, que teve o saudoso Tarley Fantazzini como presidente entre 1967 e 1975, participou ativamente na criação da entidade, tendo ainda vivenciado todo o processo de federalização da então Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), em 1963, que naquele momento era uma instituição privada mantida pelo Instituto Presbiteriano Gammon.

Outro representante deste período marcante da história da ASPESAL, o professor Luiz Carlos Gonçalves Costa foi o braço direito do professor Tarley Fantazzini nas articulações que culminaram com a fundação da associação, em novembro de 1967, sendo o secretário da primeira diretoria.

O professor Ruy Carvalho, por sua vez, foi o presidente da ASPESAL durante a gestão entre 1988 e 1990, período da transformação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior em ANDES Sindicato Nacional, tendo participado ainda de vários momentos importantes do movimento docente em Lavras.

O professor José Reinaldo Moreira Silva esteve representando o professor José Tarcísio Lima, presidente da ASPESAL durante a transformação da associação em ADUFLA Seção Sindical do ANDES-SN, em novembro de 2001, numa das passagens mais importantes da entidade, que passou a ser a representante legal de seus associados nas diversas esferas de atuação, em especial na instância jurídica.

A professora Iraziet da Cunha Charret foi a representante feminina na Mesa Solene por ter sido a primeira mulher a assumir a presidência da ADUFLA, entre 2004 e 2006, tendo a professora Giovana Torres como vice. Iraziet teve participação ativa também no movimento de transformação da ASPESAL em ADUFLA Seção Sindical. Na sua gestão também foram concluídas as obras da nova sede

da entidade, inaugurada em dezembro de 2006.

Por fim, o atual presidente da ADUFLA, professor Francisval de Melo Carvalho, esteve representando a atual diretoria neste momento de comemorações pelos 50 anos da entidade, sem deixar de lado, em momento algum, a luta contra os retrocessos e as perdas de direito em voga atualmente no país.

Selo Comemorativo

Como parte da cerimônia do dia 15 de dezembro, a Empresa de Correios e Telégrafos e a ADUFLA lançaram o selo comemorativo pelos 50 anos da entidade. O gerente da agência dos Correios em Lavras, Gustavo Fonseca e Silva participou da mesa e conduziu a cerimônia de obliteração do selo ADUFLA 50 Anos.

Cada um dos integrantes da mesa foi homenageado com uma cartela trazendo o selo com o carimbo dos Correios, num momento marcante da cerimônia.

Sorteios

As comemorações pelos 50 Anos da ADUFLA presenteou os associados com o sorteio de brindes durante o evento. A Minerva Vida Seguros, parceira de longa data da entidade, ofereceu 100 Apólices de Seguro de Vida para sorteio entre os associados. O representante da entidade, Carlos Alberto Freitas de Mesquita, tirou os cinco primeiros durante o evento, sendo que as 95 apólices restantes serão sorteadas pela diretoria.

Na sequência, foram sorteadas 15 camisetas comemorativas dos 50 anos da ADUFLA entre os associados presentes ao evento.

Placa comemorativa

Como último ato da cerimônia, foi realizado o descerramento da placa comemorativa pelos 50 anos da ADUFLA na sede da entidade, no Campus Universitário, sendo em seguida servido um coffee break aos presentes.



Professor Francisval de Melo Carvalho



Professor Luís Carlos Gonçalves



Professor João Márcio Carvalho Rios



Professor Ruy Carvalho



Professor José Reinaldo Moreira, representando o Prof^o José Tarcísio Lima



Placa comemorativa dos 50 anos



Professora Iraziet da Cunha Charret

CONTROLE FINANCEIRO - OUTUBRO/ 2017

Despesas Gerais	
Contador	R\$ 1.000,00
FGTS, DARF, GPS	R\$ 10.911,46
Seguro de Vida	R\$ 1.357,92
Unimed	R\$ 4.829,97
Contrib. Sindical	
Correios	R\$ 883,18
Tarifas Bancárias	R\$ 433,04
	R\$ 19.415,57

Despesas Escritório	
Funcionários	R\$ 7.712,36
Faxina	R\$ 410,10
Contas Fixas	R\$ 700,11
Material de Papelaria/Gráfica	
Material e Manut. Informática	R\$ 355,00
Material de Consumo	R\$ 952,45
Manutenção Café	
Manutenção Geral	
Estagiárias	R\$ 1.595,86
Sigepe Anuidade	
Caixa Fixo	
	R\$ 11.725,88

Despesas Sindicais	
Andes	R\$ 9.841,06
Advogado BH	R\$ 2.498,55
Advogado Lavras	R\$ 937,00
Diárias	R\$ 743,40
Jornal Impressão/Agendas	R\$ 860,00
Ressarcimento	
Passagem/Hotel	R\$ 2.650,34
Despesas diversas	R\$ 14.517,15
Diligência	R\$ 518,60
	R\$ 32.566,10

Despesas Clube	
Funcionários	R\$ 23.819,42
Contas Fixas	R\$ 3.263,85
Material de Consumo	R\$ 970,92
Material de Reforma	R\$ 180,00
Material Esportivo	R\$ 2.645,90
Manutenção Piscina e Sauna	R\$ 3.500,00
Manutenção Geral	R\$ 2.027,26
Evento Decorativo	
Evento Alimentação	R\$ 413,20
Evento	R\$ 1.000,00
Evento Musico	
	R\$ 37.820,55

Clube	R\$ 37.820,55
Escritório	R\$ 11.725,88
Gerais	R\$ 19.415,57
Sindicais	R\$ 32.566,10
	R\$ 101.528,10

RECEITAS DO MÊS

Saldo Anterior	R\$ 14.911,28
Contracheque	R\$ 84.216,00
Débito em conta Seguro	R\$ 1.357,92
Débito em conta Mensalidade	R\$ 2.900,00
Débito em conta Pensionistas	R\$ 1.740,00
Débito em conta Sócio Especial	R\$ 1.580,00
Boleto Mensalidade	R\$ 630,00
Boleto Sócio Especial	R\$ 71,00
Boleto Tênis	R\$ 228,00
TOTAL	R\$ 107.634,20

CONTROLE FINANCEIRO - NOVEMBRO/ 2017

Despesas Gerais	
Contador	R\$ 1.000,00
FGTS, DARF, GPS	R\$ 11.456,22
Seguro de Vida	R\$ 1.357,92
Unimed	R\$ 5.566,86
Contrib. Sindical	R\$ 195,65
Correios	R\$ 100,00
Tarifas Bancárias	R\$ 433,90
	R\$ 20.110,55

Despesas Escritório	
Funcionários	R\$ 11.418,08
Faxina	R\$ 486,70
Contas Fixas	R\$ 63,80
Material de Papelaria/Gráfica	R\$ 200,45
Material e Manut. Informática	R\$ 200,00
Material de Consumo	R\$ 734,84
Manutenção Café	R\$ 54,00
Manutenção Geral	R\$ 640,00
Estagiárias	
Sigepe Anuidade	
Caixa Fixo	
	R\$ 13.797,87

Despesas Sindicais	
Andes	R\$ 10.032,71
Advogado BH	R\$ 2.382,75
Advogado Lavras	R\$ 937,00
Diárias	R\$ 1.121,00
Jornal Impressão/Agendas	R\$ 5.907,30
Ressarcimento	R\$ 1.182,38
Passagem/Hotel	R\$ 237,60
Despesas diversas	R\$ 1.418,60
Diligência	R\$ 60,00
	R\$ 23.279,34

Despesas Clube	
Funcionários	R\$ 22.317,16
Contas Fixas	R\$ 3.198,19
Material de Consumo	R\$ 672,26
Material de Reforma	R\$ 528,00
Material Esportivo	
Manutenção Piscina e Sauna	R\$ 3.500,00
Manutenção Geral	R\$ 1.878,12
Evento	R\$ 53,97
Evento Alimentação	
Evento Escalação Func.	
Evento Musico	
	R\$ 32.147,70

Clube	R\$ 32.147,70
Escritório	R\$ 13.797,87
Gerais	R\$ 20.110,55
Sindicais	R\$ 23.279,34
	R\$ 89.335,46

RECEITAS DO MÊS

Saldo Anterior	R\$ 6.106,10
Contracheque	R\$ 84.216,00
Débito em conta Seguro	R\$ 1.357,92
Débito em conta Mensalidade	R\$ 2.900,00
Débito em conta Pensionistas	R\$ 1.740,00
Débito em conta Sócio Especial	R\$ 1.651,00
Boleto Mensalidade	R\$ 580,00
Boleto Sócio Especial	R\$ 329,00
Boleto Tênis	R\$ 429,00
TOTAL	R\$ 99.309,02

CONTROLE FINANCEIRO - DEZEMBRO/ 2017

Despesas Gerais	
Contador	R\$ 1.167,00
FGTS, DARF, GPS	R\$ 21.427,62
Seguro de Vida	R\$ 1.357,92
Unimed	R\$ 5.255,71
Contrib. Sindical	R\$ 380,37
Correios	R\$ 956,39
Tarifas Bancárias	R\$ 440,85
	R\$ 30.985,86

Despesas Escritório	
Funcionários	R\$ 7.225,57
Faxina	R\$ 410,10
Contas Fixas	R\$ 790,17
Material de Papelaria/Gráfica	R\$ 291,30
Material e Manut. Informática	R\$ 200,00
Material de Consumo	R\$ 696,76
Manutenção Café	R\$ 55,00
Manutenção Geral	R\$ 676,00
Estagiárias	R\$ 759,37
Sigepe Anuidade	
Caixa Fixo	
	R\$ 11.104,27

Despesas Sindicais	
Andes	R\$ 9.846,46
Advogado BH	R\$ 2.221,15
Advogado Lavras	R\$ 937,00
Diárias	
Jornal Impressão/Agendas	R\$ 3.106,35
Ressarcimento	
Passagem/Hotel	R\$ 9.143,82
Despesas diversas	R\$ 610,00
Diligência	R\$ 60,00
	R\$ 25.924,78

Despesas Clube	
Funcionários	R\$ 31.783,45
Contas Fixas	R\$ 3.653,69
Material de Consumo	R\$ 1.936,67
Material de Reforma	R\$ 270,00
Material Esportivo	
Manutenção Piscina e Sauna	R\$ 3.500,00
Manutenção Geral	R\$ 4.046,81
Evento	R\$ 1.603,00
Evento Alimentação	
Evento Escalação Func.	
Evento Musico	
	R\$ 46.793,62

Clube	R\$ 46.793,62
Escritório	R\$ 11.104,27
Gerais	R\$ 30.985,86
Sindicais	R\$ 25.924,78
	R\$ 114.808,53

RECEITAS DO MÊS

Saldo Anterior	R\$ 9.145,46
Resgate	R\$ 19.000,00
Contracheque	R\$ 84.100,00
Débito em conta Seguro	R\$ 1.357,92
Débito em conta Mensalidade	R\$ 2.900,00
Débito em conta Pensionistas	R\$ 1.740,00
Débito em conta Sócio Especial	R\$ 1.651,00
Boleto Mensalidade	R\$ 630,00
Boleto Sócio Especial	R\$ 213,00
Boleto Tênis	R\$ 396,00
TOTAL	R\$ 121.133,38

A desvirtuação da condução coercitiva

Utilização equivocada de artigo do Código Penal fere os direitos individuais e coloca em xeque a atuação da Polícia Federal e da própria Justiça

Condução coercitiva. Esse termo tomou lugar de destaque no vocabulário nacional de algum tempo para cá, especialmente pós operação “Lava-Jato” e todos os seus desdobramentos. Da esfera política e empresarial, a prática adotada a ermo pela Polícia Federal chegou nas universidades através de operações que culminaram na prisão, em setembro, do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Cancellier de Olivo (que acabou tirando a própria vida após não suportar as perseguições e humilhações, e da condução coercitiva (olha ela aí) do reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Jaime Arturo Ramirez, e da vice-reitora, Sandra Regina Goulart Almeida, em dezembro de 2017.

Para o professor Rafael de Deus Garcia, do Departamento de Direito da UFLA, existe uma total incoerência na utilização do Artigo 260 do Código do Processo Penal Brasileiro, de 1941, que não foi recepcionado pela Constituição de 1988, que prevê a qualquer cidadão o direito ao silêncio e a não autoincriminação, ou seja, ninguém pode ser obrigado a produzir provas contra si mesmo. “Não vejo sentido conduzir alguém de forma coercitiva para depor se ela tem o direito ao silêncio. Eles usam dessa tática como forma de surpreender a pessoa, que está despreparada, pressionada, na tentativa de que ela produza provas contra si, o que é muito grave. Além do fato de ser uma ação midiática, que é usada como forma de valorização do trabalho policial e também para induzir um clamor social, numa condenação prévia dos envolvidos”, argumenta Rafael de Deus.

O professor entende que existe uma “espetacularização” da ação policial e do próprio processo penal, que se torna assim autoritário. “O Processo Penal é o último reduto do direito. Mesmo que 99% ache que a pessoa é culpada, o Processo Penal é que garante o direito à defesa, de levantar provas. Ele sempre vai contra a maioria, que tem uma tendência à punição imediata. Quando a polícia se utiliza da massa [população] e da mídia, cria-se uma tendência autoritária, conferindo mais poder ao delegado, à acusação, ao juiz, e menos poder àquele que é acusado. A defesa do acusado é a única garantia de um processo justo”, explica.

Atualmente existem duas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPC) questionando o dispositivo. Uma do Conselho Federal OAB e outra do Partido dos Trabalhadores (PT). O ministro Gilmar Mendes concedeu liminar proibindo a condução coercitiva até o julgamento das ADPFs pelo Supremo. “O que está em plena discussão é se a condução coercitiva é ou não compatível com a Constituição de 1988. Acredito que o STF siga pelo entendimento de que seja legal, porém usado da forma correta, como já adiantou um parecer do Senado Federal e da própria Presidência da República”, destaca Rafael de Deus, que é da opinião de que a condução coercitiva da forma que está sendo usada retira a legitimidade da ação policial e da própria Justiça.



Professor Rafael de Deus Garcia (DIR/UFLA)

Condução coercitiva é ilegal (em 10 pontos)

A nova ordem constitucional assentou o direito ao silêncio para o acusado. Mais do que isso, assentou que o silêncio não deve significar prejuízo algum para o acusado.

Assim, a condução coercitiva só faz sentido e só pode ser utilizada para aquela pessoa que tem o dever de falar.

A condução coercitiva é, então, compatível com a ideia de um depoimento indispensável, necessário e obrigatório, enfim, que tenha valor de prova.

No art. 218 do CPP, o juiz poderá determinar a condução coercitiva da testemunha desde que ela tenha faltado injustificadamente à primeira intimação.

A condução coercitiva não é compatível com quem pode ficar calado. Até porque, se quiser falar nos autos, basta o cumprimento de uma simples intimação ou o comparecimento espontâneo.

O gasto de dinheiro público e de efetivo pessoal das conduções coercitivas é considerável, e simplesmente não faz sentido obrigar alguém a sentar em uma cadeira diante da autoridade se ela for ficar em silêncio.

Desde 2008, o interrogatório passou a ser essencialmente meio de defesa e não meio de prova, pondo fim à ideia de interrogatório como um meio para se obter a confissão.

Condução coercitiva de investigado, especialmente sem prévio descumprimento de intimação, é um nome bonito para Prisão para Averiguação, uma espécie de prisão que foi enterrada pela Constituição de 1988.

Na lógica espetacular midiática, o comparecimento forçado é evidente constrangimento do acusado para falar. Isso porque, embora a lei permita o

silêncio, esse mesmo silêncio é entendido pela população como presunção de culpa. Vira um show de atuação policial contra a corrupção, verdadeiro ganho político.

Delegados e juízes sabem que, mais do que procedimento investigatório, a condução coercitiva é tão somente demonstração de força e estratégia política e judicial, com uso da opinião pública para forçar o indiciado a falar.

Nota sobre o artigo 260 do CPP:

Justificam a condução coercitiva de acusado no art. 260 do CPP (ainda que boa parte dos doutrinadores entenda pela sua não recepção constitucional). No entanto, o texto diz assim:

Art. 260. Se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença.

Primeiro, diz-se “acusado”. Acusado é quem já teve denúncia recebida pelo juiz.

Em segundo lugar, diz-se “interrogatório”, que se aplica apenas para o depoimento do acusado em juízo na Audiência de Instrução e Julgamento, não podendo ser mero depoimento diante do delegado.

Em terceiro lugar, o artigo limita a possibilidade da condução coercitiva para os casos de descumprimento de uma primeira intimação.

No mais, há ainda outra ilegalidade. Delegado nenhum deveria poder determinar a condução coercitiva. Trata-se de violação, ainda que pontual, da liberdade de ir e vir, restrição que só o poder judiciário pode autorizar.

Delegados e juízes atuais conseguem ser mais autoritários que o legislador de 1941.

37º Congresso Nacional do AnDES-SN

Plenária reafirma a força do movimento sindical diante do cenário de retirada de direitos, ataques à carreira dos servidores e desmonte da universidade pública

Após seis dias de intensos debates, que resultaram nas deliberações que irão orientar as lutas da categoria docente no próximo período, a plenária do 37º Congresso do Sindicato Nacional. A Plenária aprovou mais de 30 moções e a leitura da Carta de Salvador. Realizado de 22 a 27 de janeiro na Universidade do Estado da Bahia (Uneb), em Salvador (BA), o evento foi considerado o maior da história do Sindicato Nacional, com a presença de 581 participantes, sendo 413 delegados, 122 observadores, de 82 seções sindicais, 10 convidados e 36 diretores. Em sua fala de encerramento, a presidente do ANDES-SN, Eblin Farage, ressaltou que 2017 foi um ano com muitas lutas. “Esse Congresso, na nossa avaliação, é fruto de um ano intenso de mobilização. Há muito esse sindicato não tinha a presença de mais de 80 seções sindicais em um congresso nacional. Isso, certamente, é expressão da mobilização, do trabalho que esse sindicato desenvolveu em 2017”, afirmou.

A presidente ressaltou que a grande tarefa para 2018 é retomar o patamar de mobilização do primeiro semestre de 2017, articulando, a partir das bases, pressionando as centrais sindicais, com o desafio de construir uma verdadeira unidade de ação nas ruas, para combater as contrarreformas. “Temos o desafio, já para fevereiro, de barrar a contrarreforma da Previdência e, para isso, é necessário que construamos, nas nossas bases, a Greve Geral, a mobilização da nossa categoria”, conclamou.

“Certamente, esse é um ano em que o ANDES-SN vai ser desafiado a dizer qual projeto de educação ele quer continuar a construir. Por isso, todos os nossos docentes estão convocados a reafirmar um sindicato que é classista, que é de luta, e que é autônomo. Que tenhamos um ótimo 2018, com muitas lutas”, completou, declarando encerrado o 37º Congresso do ANDES-SN.



Criada comissão para acompanhar os casos de perseguição nas universidades

Os participantes do 37º Congresso do ANDES-SN aprovaram, sem nenhum voto contrário, a constituição de uma comissão do ANDES-SN para acompanhar as denúncias dos casos de perseguições, cerceamento da liberdade acadêmica e criminalizações de caráter político promovidos nos últimos tempos, como o da docente Maíra Mano, da Universidade Federal da Bahia (Ufba) e do André Mayer, docente da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), por perseguição político ideológica de docentes, que participam em lutas, como no caso do ex-presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, na Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc). Também foram condenadas as violações da autonomia, e as conduções coercitivas.

A comissão será formada por três integrantes da coordenação do Grupo de Trabalho de Políticas

de Formação Sindical (GTPFS), três do Coletivo Jurídico e representantes das seções sindicais ou secretarias regionais e deverá se articular de forma ampla aos coletivos de luta, partidos, sindicatos e movimentos sociais, garantindo rápida divulgação, acompanhamento e proteção dos docentes.

“A necessidade de apresentar o teor dessa proposta no Congresso se fez em decorrência dos processos cotidianos dentro das universidades que, geralmente, vamos administrando em meio a muitas atividades, sem uma repercussão maior. E ver que a maioria é favorável à proposta indica uma demanda real e que temos que nos preparar, porque os ataques não vão parar e virão com mais força”, afirmou Elza Peixoto, da oposição à Associação dos Professores da Universidade da Bahia (Apub), uma das autoras do texto de resolução aprovado.

Histórico das greves



Reivindicações

- Adoção do Plano de Carreira Única para Docentes;
 - Isonomia salarial;
 - Aposentadoria integral;
- Verbas para funcionamento das IFES;
- Revogação do decreto que proíbe a contratação de pessoal.

Resultados

- Aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei 7.592 criando o Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos (regulamentada em 87, com nova tabela salarial e efeito retroativo a abril de 1987).

Mudanças no Ensino Médio retiram direitos dos estudantes

Muito diferente do que é disseminado na mídia pelo governo federal, a tão propagada “Reforma” do Ensino Médio irá aumentar as desigualdades na educação

Pensar e repensar o Ensino Médio e identificar sua situação de crise se tornou lugar comum. Embora a Educação em todos os níveis seja objeto de crítica, parece-nos que na direção do Ensino Médio os dedos estão mais raivosos. Entender porque esta etapa da Educação Básica é o alvo preferencial, nos ajudaria a entender a recorrência da crise.

Entre 2003 e 2013, vinha sendo construída uma concepção de Ensino Médio, que procurava restaurar as linhas mestras da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para esta etapa da Educação Básica, apontando para a integração e integralidade no processo de formação dos jovens e adultos, mesmo que num processo moroso que não atendeu os nossos anseios.

No entanto, o esforço desses últimos anos sofreu uma intervenção brusca e radical. E vem, com importante estratégia de marketing, construindo uma nova proposta de Ensino Médio, retomando o ideário dos anos 1990, agora recheado de concepções de homem e de relações humanas pré-modernas. Essa proposta é absolutamente consonante com o que se projeta nas novas formas de regulação do trabalho, ou na sua desregulação.

O esforço do atual grupo no poder encontra eco entre o empresariado da educação e pode ter caráter meramente comercial: o Ensino Médio pode se constituir em bom investimento quer seja pela mera cooptação de cliente, vendendo facilidades e perspectivas de sucesso, quer seja pela apropriação dos recursos públicos através de bolsas. No entanto, o constituir-se em território de disputa ideológica privilegiado é que torna o Ensino Médio tão atraente. Aí se produzirá as novas gerações de trabalhadores, fazendo desaparecer a experiência histórica da classe.

A reforma chega então com reformadores de ocasião, mas principalmente pelos setores que viram o projeto dos anos 1990 ser suplantado com a crise do modelo neoliberal e que hoje ressurge com grande apoio de setores ultraconservadores.

Na tentativa de construir legitimidade para a proposta, o discurso para a sociedade e aos possíveis estudantes se faz exatamente em seu aspecto reducionista.

Importante destacar que esse processo de construção não tem nada de aleatório ou ligeiro. Esta reforma expressa a posição dos grupos que hegemonizaram o sistema educacional nos anos 1990. Não surge de um dia para o outro, no alvo-receber do golpe, na forma como foi apresentada ao Congresso Nacional, no dia 22 de setembro de 2016, a Medida Provisória (MP) 746/16. Ela é



resultado de um trabalho de resistência dos representantes dos interesses econômicos nacionais e internacionais, no confronto com uma larga tradição teórica que enfatizava a Educação como direito e a projetava para o desenvolvimento integral no processo de humanização.

Não por acaso no movimento pró-impeachment apareciam cartazes atacando Paulo Freire e que nos provocou risos (não era para rir).

Os movimentos que culminaram na Medida Provisória – apresentada no final do ano retrasado e, que depois de tramitada, se materializou na Lei nº 13.415, aprovada em 16 de fevereiro (“Reforma” do Ensino Médio) e homologada na sequência pelo ocupante da presidência – caminha no sentido oposto do que vinha se projetando no último decênio. Ela é, na verdade, a expressão de um longo processo de disputa que ganhou nuances durante os movimentos de redemocratização do país, na disputa pela hegemonia, entre setores liberais e outros de corte democrático popular. No

meio desta disputa, grupos ultraconservadores e fisiológicos de todas as matizes ganharam posições, pois no Congresso o voto é moeda de troca.

Os movimentos que levaram o atual grupo ao poder trazem uma narrativa que já nos é familiar. É a repetição da monocórdica trilha sonora dos anos 1990. A ênfase em Português e Matemática responde à exigência básica para que trabalhador possa se inserir no mundo do trabalho (mercado desregulado). Uma formação mínima para atender a quem ocupará os lugares periféricos do mercado. O decantado processo de globalização que se traduziu numa criminoso concentração de riqueza terá territórios próprios de produção e controle.

Sandra Regina Garcia é doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR), com atuação na área

Férias no Clube de Campo

A colônia de férias promovida pela ADUFLA no Clube de Campo repetiu o sucesso da edição anterior, com 80 crianças inscritas e inúmeras atividades ao longo dos cinco dias de eventos, destaque para as oficinas de Ciência, de Artes e Lutas, atividades esporti-

vas, gincana completa, caça ao tesouro e até matinée de carnaval com música ao vivo. A equipe da Tia Gi Recreações, sob a coordenação de Giovanna Vargas, contou com dez integrantes, entre profissionais de Educação Física, estagiárias e monitoras.

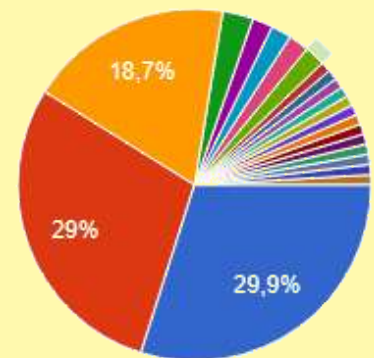


Pesquisa

Na busca de identificar as principais demandas dos associados em relação aos investimentos em melhorias no Clube de Campo, a diretoria realizou uma consulta online para pontuar as principais áreas de interesse dos sócios para, assim, direcionar as ações no sentido de atender de forma plena e democrática aos anseios dos associados.

A enquete divulgada pela lista de email da ADUFLA recebeu sugestões de 24 a 31 de janeiro, com a participação de 107 associados, sendo identificadas os tópicos Dança de Salão (29,9%), Hidroginástica (29%) e Ginástica Geral (18,7%) como os maior interesse, respectivamente primeiro, segundo e terceiro no ranking, registrando índices bem acima dos demais pontos listados na pesquisa, como Natação, Musculação e Pilates, entre outros.

Em relação do horário das atividades, o período da noite foi o preferido por 67,9% dos participantes da enquete, seguido da manhã (35,8%) e da tarde (11,9%).



- Dança de Salão
- Hidroginástica
- Ginástica geral
- Natação
- Musculação
- natação
- Pilates
- melhorar a academia

